

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO PROJETO DE LEI N. 3290, DE 2020

Em reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça realizada no dia 27/10/2021, e em atenção à contribuição feita pelos colegas parlamentares, resolvi adequar e melhorar a redação do PL 3290/20 do qual sou relatora.

Desta feita, decidi retirar parte de parágrafo único do art. 2º deixando assim a critério da autoridade competente, caso entenda imprescindível, tomar um novo depoimento da vítima, tendo em vista que em casos dessa natureza é de suma importância a coleta fiel dos fatos.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTICA E DE CIDADANIA

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 3290, DE 2020

Insere o art. 201-A no Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para ampliar a utilização da prova antecipada nos casos de crime contra a dignidade sexual.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei acrescenta o art. 201-A ao Decreto- Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para garantir tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual.

**Art. 2º** O Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 201-A:

*"Art. 201-A. No caso dos crimes previstos no Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, será facultada, mediante requerimento de qualquer das partes, a tomada antecipada do depoimento das vítimas.*

*Parágrafo único. **Não será admitida a tomada de novo depoimento, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente."***

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.



Deputada Caroline De Toni  
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219248781500>